





www.sindbancariospetropolis.com.br



Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e no Ramo Financeiro de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24)2242-0673 / 2231-2281 🛛 🔀 /BancariosSind 📑 /SindBancariosPetropolis sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano 29 - n° 7.427 – 06 de novembro de 2025

## Senado aprova isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil



O Senado aprovou nesta guarta-feira (5) o projeto de lei que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para quem recebe até R\$ 5 mil mensais e reduz as alíquotas para rendas entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350. A proposta (PL 1.087/2025), de autoria do governo Lula, segue agora para sanção presidencial e deve entrar em vigor em janeiro de 2026.

A medida, considerada uma das mais esperadas dos últimos anos, é uma reivindicação do movimento sindical que foi assumida por Lula e incorporada entre suas propostas na campanha eleitoral. Cerca de 25 milhões de trabalhadores devem ser beneficiados.

Para compensar a perda de arrecadação do benefício trabalhadores, o projeto aumenta a tributação sobre altas rendas, atingindo quem recebe mais de R\$ 600 mil por ano (ou R\$ 50 mil por mês), com alíquota máxima de 10% sobre dividendos e rendimentos.

O senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator do projeto do Senado, resumiu o objetivo da proposta: "quem tem menos, paga menos; quem tem mais, paga mais".

## Isenção do IR é vitória dos trabalhadores, dizem centrais sindicais

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical classificam o avanço da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, na Câmara e no Senado, como uma conquista histórica e uma vitória decorrente da luta do movimento sindical e dos trabalhadores. A aprovação da isenção tem sido alvo de campanha de defesa de diversas centrais sindicais.

A CUT destacou que a isenção beneficiará mais de 20 milhões de brasileiros e defendeu a taxação da parcela mais rica da população. "A taxação dos mais ricos é necessária para compensar os R\$ 25,84 bilhões anuais que, segundo o Ministério da Fazenda, deixarão de ser arrecadados com a ampliação da faixa de isenção", divulgou a entidade, em nota.

Na ocasião da aprovação pela Câmara, o presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, afirmou que a isenção é uma vitória histórica da classe trabalhadora. "A gente vem há muitos anos com a bandeira da justiça tributária, denunciando que os ricos praticamente não pagam imposto, enquanto quem paga de verdade é a classe trabalhadora", disse, na ocasião.